

Reunião de 25 de junho de 2019



----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Evaristo António Neves, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e, comigo, António Luís Moreira, técnico superior jurista, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, foi deliberado justificar a falta da senhora vereadora Joana Filipa Vicente da Silva, por se encontrar em gozo de férias e de seguida proceder, à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezanove. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de quatro milhões, novecentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e sete euros (€4.950.477,00). -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, FRANCISCO GUIMARÃES:** O presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

----- **GEMINAÇÃO DA VILA DE GROSLAY E MOGADOURO:** Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu nota que, nos próximos dias 29 e 30 de junho irá realizar-se a cerimónia oficial de geminação, aproveitando a oportunidade para endereçar o convite a todos os vereadores presentes, tendo em vista a sua participação e/ou presença naquele ato oficial. -----

----- Os vereadores eleitos pela coligação TODOS POR MOGADOURO, agradeceram o convite, manifestando a sua indisponibilidade para integrar a comitiva autárquica àquela vila de França, uma vez que o convite foi feito apenas com a antecedência de dois dias da data da cerimónia oficial. -----

Reunião de 25 de junho de 2019



----- **ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE FORMAÇÃO FINANCEIRA:** Sobre esta matéria o Presidente da Câmara deu nota que no dia 21 de junho, a CIM “Terras de Trás-os-Montes” assinou um acordo de cooperação para a promoção da formação financeira com a CCDRN e o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, onde está inserido o Banco de Portugal, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.-----

----- Mais referiu que o objetivo do acordo assinado passa por aumentar o grau de literacia da população que vive nos nove concelhos integrados na CIM – TTM, de modo a preparar as pessoas para a agressividade da oferta dos mercados. Referiu ainda e para terminar que, integrada no Acordo está prevista formação na área social, económica e educacional, sem custos para a Câmara, dirigida a técnicos das autarquias pertencentes à CIM – TTM, a realizar por supervisores financeiros.-----

----- **VOTO DE PESAR:-** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de pesar, proposto pelo Senhor Presidente pelo falecimento do Sr. José Mário Sena da Graça, sogro do técnico superior desta autarquia, Hélder José Valdez Ferreira, e apresentar as sentidas condolências à família enlutada.----

ORDEM DO DIA

1 **ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 11/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2019.**

2 **GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO:**

2.1 - **PEDIDO DE NELTON LACERDA UNIPESSOAL, LDA – DIREITO DE PREFERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMÓVEL NO NÚCLEO HISTÓRICO DE MOGADOURO – EMISSÃO DE CERTIDÃO SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL.**

3 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO SOBRE O AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA ASSINADO E CANCELAMENTO DAS GARANTIAS BANCÁRIAS DA EMPREITADA - NÚCLEO DE COZINHAS REGIONAIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.**

4 **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE AS NORMAS DO CONCURSO- CASAS**

Reunião de 25 de junho de 2019



**PARTICULARES NA ZONA HISTÓRICA: MELHOR DECORAÇÃO 2019.-
FESTIVAL TERRA TRANSMONTANA MOGADOURO 2019 -RATIFICAÇÃO
DE ATO ADMINISTRATIVO.**

**5 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO –
INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS
MIGUEL TORGA E EMÍDIO GARCIA PARA AUTORIZAÇÃO E
UTILIZAÇÃO GRATUITA DO PARQUE DE CAMPISMO, PISCINA E
ESPAÇOS LÚDICOS DE 27 A 29 DE JUNHO/2019. ANÁLISE E
DELIBERAÇÃO.**

**6 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO
– PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS NORMAS MUNICIPAIS APLICÁVEIS
ÀS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA ALUNOS DO ENSINO PRÉ-
ESCOLAR - RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.**

**7 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO –
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO – DO REGULAMENTO DO PROGRAMA
FÉRIAS EM MOVIMENTO- RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO.**

**8 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO –
INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE MOGADOURO A SOLICITAR AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO
DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS E ISENÇÃO DE TARIFAS
PARA AS CRIANÇAS E MONITORES DO CATL-2019- RATIFICAÇÃO DE
ATO ADMINISTRATIVO**

**9 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO –
INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE DÉCIO AUGUSTO NETO PARRA E
ESPOSA A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS NA
ENTRADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS PARA ACOMPANHAMENTO
DA SUA FILHA ANA CAROLINA FERNANDES NETO PARRA - ANÁLISE
E DELIBERAÇÃO.**

**10 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO –
INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO MARIA JESUS SALDANHA
FERNANDES A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS NA**

Reunião de 25 de junho de 2019



ENTRADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS AO MENOR SÉRGIO ASSIS SALDANHA FERNANDES E À SUA IRMÃ ÉRICA CRISTIANA GONÇALVES FERNANDES PARA O SEU ACOMPANHAMENTO-ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

11 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ELISA DA CONCEIÇÃO RENTE PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

12 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE CARLOS ALBERTO PIMENTEL PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

13- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO - INFORMAÇÃO SOBRE GEMINAÇÃO COM PLOUMAGOAR-2019-ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

14 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – PRÉDIO URBANO ARTIGO 1901 SITO NA RUA DO SALGUEIRAL EM MOGADOURO- RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ATA Nº 23/2018, DE 11 DE DEZEMBRO- INFORMAÇÃO DA COORDENADORA TÉCNICA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

15 – APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO DO INDEFERIMENTO DO APOIO FINANCEIRO PARA A CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DE VÍTOR MANUEL BENTO FERNANDES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

16 PEDIDO DE EMANUEL JOSÉ LOUÇÃO BÁRTOLO A SOLICITAR A ATRIBUIÇÃO DO LOTE Nº 82, INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL COM O Nº 3717, NA ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

Reunião de 25 de junho de 2019



17 . DIVISÃO DE INFRA ESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS- AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE MOGADOURO – AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

18 – PEDIDO DE JOAQUIM DO NASCIMENTO TORRES A SOLICITAR ISENÇÃO DO IMT RELATIVO A PRÉDIOS RÚSTICOS- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

19 – PEDIDO DE JOAQUIM DO NASCIMENTO TORRES A SOLICITAR ISENÇÃO DO IMT RELATIVO A PRÉDIOS RÚSTICOS- ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

-----1. **ATAS** – APROVAÇÃO DA ATA N.º11/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2019: - Foi presente a ata número onze barra dois mil e dezanove da reunião ordinária de onze de junho de dois mil e dezanove, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do executivo. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.--
----- Os vereadores Manuel da Ressurreição Cordeiro e Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado, não participaram na aprovação da presente ata, por não terem estado presentes na referida reunião (nº 3 do artigo 34º, Parte II, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto- Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.-----

---2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO: -----

--- 2.1 PEDIDO DE NELTON LACERDA UNIPESSOAL, LDA – DIREITO DE PREFERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMÓVEL NO NÚCLEO HISTÓRICO DE MOGADOURO – EMISSÃO DE CERTIDÃO SOBRE O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL: Deu entrada nos serviços municipais o requerimento, registado com o número cento e oitenta e quatro barra dezanove, de Nelton Lacerda Unipessoal Ld.ª, com sede na Rua Santa Margarida, nº 16 em Mogadouro, através do qual manifesta a intenção de compra do prédio urbano inscrito na matriz predial da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, situado na Rua Nuno Álvares Pereira, nº 18, em Mogadouro, solicitando à camara para se pronunciar sobre se exerce ou não o direito de preferência na transmissão em apreço.-----
-----Em face do requerido, foi solicitada informação à Unidade de Ordenamento do Território e Urbanismo na qual refere que a habitação supra

Reunião de 25 de junho de 2019



identificada se situa no Núcleo Histórico de Mogadouro, como tal definida em PDM.-----

----- Analisado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência por inexistir interesse municipal na referida transmissão.-----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar os presentes processos, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

---3. DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – INFORMAÇÃO SOBRE O AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA ASSINADO E CANCELAMENTO DAS GARANTIAS BANCÁRIAS DA EMPREITADA - NÚCLEO DE COZINHAS REGIONAIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Sobre o assunto e na sequência da deliberação tomada na reunião de Câmara de catorze de maio de dois mil e dezanove, foi presente a informação da técnica superior, Maria Olímpia Marcos, cujo teor a seguir se transcreve:-----

“De acordo com a legislação em vigor só existe um auto de recessão definitiva total, podendo existir vários autos de recessão definitiva parcial.-----

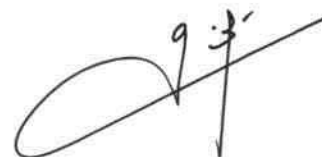
----- De acordo com a legislação em vigor, o auto de recessão definitiva assinado a 19/10/2017, é válido, no entanto, ele só se torna eficaz e definitivo após a sua homologação.-----

----- Assim sendo, propõe-se à Exm.^a Câmara a homologação do Auto de Recessão Definitiva e consequentemente a libertação das cauções, nos termos do artigo 295º do Decreto – Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.”-----

-----O Executivo, analisada a informação, deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Receção Definitiva na empreitada “Núcleo de Cozinhas Regionais” e proceder à libertação das garantias bancárias da referida empreitada com vista ao seu cancelamento.-----

----4. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE AS NORMAS DO CONCURSO- CASAS PARTICULARES NA ZONA HISTÓRICA: MELHOR DECORAÇÃO 2019.- FESTIVAL TERRA TRANSMONTANA MOGADOURO 2019 - RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Reunião de 25 de junho de 2019



A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pela senhora vereadora, Virgínia Vieira, datado de quatro de junho de dois mil e dezanove, sob a informação número dois mil setecentos e sessenta e oito, datada de três de junho do corrente ano, do técnico superior, Amílcar de Assis Salomé Monteiro, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, registada com o número "2019,TURAR.I,GE,2768", em que aprovou as normas do concurso "Casas Particulares da Zona Histórica: Melhor Decoração 2019" e o sujeitou a ratificação do órgão executivo nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Mais foi deliberado retificar o ponto n.º 1 das normas do concurso relativamente ao mencionado mês de junho, quando deverá ser o mês de julho. -----

--- 5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MIGUEL TORGA E EMÍDIO GARCIA PARA AUTORIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO GRATUITA DO PARQUE DE CAMPISMO, PISCINA E ESPAÇOS LÚDICOS DE 27 A 29 DE JUNHO/2019 - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Com base informação número dois mil oitocentos e quarenta e nove, de seis de junho de dois mil e dezanove, da técnica superior, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, registada com o número "2019.EXP,E,GE,1086", a Câmara deliberou, por unanimidade. Ao abrigo do n.º2 do artigo 17.º do Regulamento de aplicação de Cobranças e Tabelas de Tarifa e Preços Municipais, aprovar a isenção do pagamento de tarifas municipais a um grupo de alunos do 5º e 6º anos, e professores do Agrupamento de Escolas Miguel Torga e Emídio Garcia de Bragança pela utilização do Parque de Campismo, Piscina e Espaços Lúdicos, para os dias pretendidos, à exceção dos dias 27 e 28 de junho no período da manhã, relativamente á utilização da piscina, uma vez que esta estará ocupada pelos participantes nas Férias de Verão em Movimento e Férias na Escola-----

----6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS NORMAS MUNICIPAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA ALUNOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR - RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho adiante transcrito proferido pela senhora vereadora, Joana da Silva, datado

Reunião de 25 de junho de 2019



de catorze de junho de dois mil e dezanove, sob a informação número cinco de onze de junho do corrente ano, da técnica superior, Liliana Felgueiras, junto à qual anexou a proposta de alteração às referidas normas do programa Férias na Escola.-----

-----"Concordo com as alterações apresentadas. Com base, na delegação e subdelegação de competências constantes do despacho 49-PR/2017, datado de 25 de outubro de 2017, e dada a necessidade de iniciar o período de inscrições, aprovo as alterações às Normas Municipais Aplicáveis Às Atividades de Animação para Alunos do ensino Pré-Escolar.-----

----- À DECAST para através de técnicas de inglês iniciar a divulgação do programa e inscrições das crianças.-----

----- À reunião do executivo para ratificação, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."-----

----7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – DO REGULAMENTO DO PROGRAMA FÉRIAS EM MOVIMENTO-RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho adiante transcrito proferido pela senhora vereadora, Joana da Silva, datado de catorze de junho de dois mil e dezanove, sob a informação número seis de onze de junho do corrente ano, da técnica superior, Liliana Felgueiras, junto à qual anexou a proposta de alteração do Regulamento do Programa Férias em Movimento:-----

-----"Concordo com as alterações apresentadas. Com base, na delegação e subdelegação de competências constantes do despacho 49-PR/2017, datado de 25 de outubro de 2017, e dada a necessidade de iniciar o período de inscrições, aprovo as alterações ao Regulamento do Programa Férias em Movimento.-----

À DECAST para através de técnicas de inglês iniciar a divulgação do programa e inscrições das crianças.-----

À reunião do executivo para ratificação, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro."-----

----8. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOGADOURO A SOLICITAR AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS E ISENÇÃO DE TARIFAS PARA AS CRIANÇAS E MONITORES DO CATL-2019-RATIFICAÇÃO DE

Reunião de 25 de junho de 2019



ATO ADMINISTRATIVO: A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho adiante transcrito proferido pela senhora vereadora, Joana da Silva, datado de catorze de junho de dois mil e dezanove, sob a informação número dois mil novecentos e cinquenta e um de catorze de junho do corrente ano, da técnica superior, Ana Sarmento Felgueiras:-----

----- “De acordo com a informação e com base, na delegação e subdelegação de competências constantes do despacho 49-PR/2017, datado de 25 de outubro de 2017 e uma vez que não se realizarão reuniões de Câmara antes da abertura das piscinas municipais descobertas, bem como a isenção das respetivas tarifas para as crianças e monitores do CATL da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, com base no n.º 1 do artigo 17º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e tabela de Tarifas e Preços do Município.-----

----- A requerente deve articular com os monitores das Férias em Movimento do Município de Mogadouro, por forma a evitar a frequência dos dois grupos em simultâneo, bem como os monitores devem acompanhar/vigiar as crianças atendendo á elevada frequência das piscinas.-----

----- À DECAST para dar conhecimento à requerente.-----

----- À reunião do executivo para ratificação, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

----9. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE DÉCIO AUGUSTO NETO PARRA E ESPOSA A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS NA ENTRADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS PARA ACOMPANHAMENTO DA SUA FILHA ANA CAROLINA FERNANDES NETO PARRA - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Foi presente um requerimento de Décio Augusto Neto Parra e Ana de Lurdes Fernandes Parra datado de catorze de junho de dois mil e dezanove, residentes na Avenida Calouste Gulbenkian, nº 48, bloco A, em Mogadouro a solicitarem isenção do pagamento da entrada na piscina descoberta para poderem acompanhar a sua filha Ana Carolina Fernandes Neto Parra que sofre de paralisia cerebral. -----

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil novecentos e sessenta e dois barra dezanove, de dezassete de junho do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico:-----

----- “De acordo com o estipulado no Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais – n.º 386/2011 de 22 junho, no

Reunião de 25 de junho de 2019



ponto 1 do artigo 17º (isenções) “poderão ser isentos de pagamento das tarifas e preços previstos, nos artigos, 9º, 10º (Utilização da piscina municipal descoberta e campo de ténis) e 12 da Tabela anexa por deliberação dos órgãos competentes: As entidades ou indivíduos em casos excepcionais devidamente justificados e comprovados por serviços da Câmara Municipal,”.

----- Considerando a sua situação de paralisia, somos de parecer favorável à isenção do pagamento da taxa de entrada na piscina descoberta quer dos pais, Décio Augusto Neto Parra e Ana de Lurdes Parra, quer da jovem Ana Carolina”.

----- A Câmara, atendendo ao parecer técnico supratranscrito deliberou, por unanimidade, autorizar a utilização das piscinas descobertas com isenção do pagamento das tarifas à aluna Ana Carolina e aos seus progenitores na qualidade de acompanhantes.

----10. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO MARIA JESUS SALDANHA FERNANDES A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS NA ENTRADA DAS PISCINAS DESCOBERTAS AO MENOR SÉRGIO ASSIS SALDANHA FERNANDES E À SUA IRMÃ ÉRICA CRISTIANA GONÇALVES FERNANDES PARA O SEU ACOMPANHAMENTO-

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. Foi presente um requerimento de Maria de Jesus Saldanha Fernandes, registado com o número 2019,EXP,E,GE,1039, residentes na rua da Hera, nº 18, em Mogadouro, na qualidade de avó e responsável a tempo inteiro pelo menor Sérgio Assis Saldanha Sanches, a solicitar a entrada gratuita nas piscinas do Município ao referido menor e à sua irmã Érica Cristiana Gonçalves Fernandes, por ser um desporto imprescindível ao bem-estar e ao desenvolvimento do menor.

----- A técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil novecentos e setenta e cinco barra dezanove, de dezassete de junho do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico:

----- “De acordo com o estipulado no Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais de 22 junho de 2011, no ponto 1 do artigo 17º (isenções) refere que “poderão ser isentos de pagamento das tarifas e preços previstos, nos artigos, 9º, 10º (Utilização da piscina municipal descoberta e campo de ténis) e 12 da Tabela anexa por deliberação dos órgãos competentes: As entidades ou indivíduos em casos excepcionais devidamente justificados e comprovados por serviços da Câmara

Reunião de 25 de junho de 2019



Municipal, "".

----- Considerando a sua situação de saúde, do menor Sérgio, somos de parecer favorável à isenção do pagamento da taxa de entrada na piscina descoberta desta criança e da sua irmã Érica".

----- A Câmara, atendendo ao parecer técnico supratranscrito deliberou, por unanimidade, autorizar a utilização das piscinas descobertas com isenção do pagamento das tarifas ao menor Sérgio Assis Saldanha Fernandes e da sua irmã Erica Cristiana Gonçalves Fernandes.

----11. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ELISA DA CONCEIÇÃO RENTE PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Foi presente um requerimento de, Elisa da Conceição Rente, datado de dezassete de maio de dois mil e dezanove, com morada na rua do Cabanal, na freguesia de Bruçó deste concelho, registado com o número quatro mil setecentos e sessenta e nove barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil oitocentos e trinta e cinco, barra dezanove, de quatro de junho, emitiu o seguinte parecer técnico:

----- "Após análise da situação socioeconómica da Sr.^a Elisa da Conceição Rente, verificou-se que o seu pedido **não cumpre** todos os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que não obedece ao estipulado na alínea d) do mesmo, pois o seu rendimento per-capita é superior a 50% do Salário Mínimo Nacional".

----- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido de apoio formulado pela requerente.

----12. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE CARLOS ALBERTO PIMENTEL PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Foi presente um

Reunião de 25 de junho de 2019



requerimento de, Carlos Alberto Pimentel, datado de vinte e quatro de maio de dois mil e dezanove, com morada na rua do Passo, n.º 17, freguesia de Azinhoso, deste concelho, registado com o número quatro mil novecentos e cinquenta e nove, barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro.-----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil oitocentos e quarenta e três barra dois mil e dezanove, de cinco de junho, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- “Após análise da situação socioeconómica deste agregado familiar, verificou-se que o pedido da Sr. Carlos Alberto Pimentel, **cumpre** os requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, uma vez que obedece ao estipulado nas alíneas a) b), c) e d) do mesmo, pois a requerente tem sessenta e cinco anos de idade, é pensionista, encontra-se em situação considerada de carência económica com insuficientes meios de subsistência, reside e é eleitor no concelho de Mogadouro há mais de três anos e a média do rendimento *per capita* do agregado familiar é inferior a 50% do salário mínimo nacional. -----

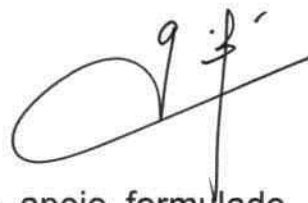
----- Todavia, o requerente é já beneficiário de um apoio social semelhante, uma vez que lhe é atribuído mensalmente, pelo Instituto da Segurança Social, o montante de 150.00€ (cento e cinquenta euros), para adquirir medicação.-----

----- No entanto, esse valor não é suficiente para comprar toda a medicação que necessita.-----

----- Embora no Regulamento de Comparticipação Municipal em medicamentos conste que não devem ser apoiados munícipes que beneficiem de apoio destinado ao mesmo fim, o Sr.º Carlos Pimentel informou, aquando da instrução do seu pedido, que beneficia já de um apoio semelhante, pelo que de acordo com a alínea b) do ponto 1 do artigo 10º do referido Regulamento, poderá ser concedido também, o apoio do município ao nível da comparticipação em medicamentos quando 2º dado conhecimento à Câmara Municipal, e esta, ponderadas as circunstâncias considerar justificada a sua acumulação”.-----

-----Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a

Reunião de 25 de junho de 2019



Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove.-----

----13. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE GEMINAÇÃO COM PLOUMAGOAR-2019-

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Sobre o assunto supra referenciado a técnica de serviço social, Ana Sarmento Felgueiras, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número dois mil oitocentos e cinco barra dezanove, de dezassete de junho do corrente ano, refere que para o intercâmbio de geminação com Ploumagoar não houve inscrições para a data prevista de três a dez de junho, a direção da Associação Ploumadouro de Ploumagoar informou que, se mantinha a data inicialmente agendada e que terá lugar entre os dias 3 (três) a 11 (onze) de setembro.-----

----- O executivo, tendo em conta a informação prestada deliberou, por unanimidade, aprovar a nova data de três a onze de setembro para o referido intercâmbio de geminação, devendo os Serviços promover a sua divulgação de imediato.-----

----14. DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO - PRÉDIO URBANO ARTIGO 1901 SITO NA RUA DO SALGUEIRAL EM MOGADOURO- RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ATA Nº 23/2018, DE 11 DE DEZEMBRO- INFORMAÇÃO DA COORDENADORA TÉCNICA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

Foi presente a informação da Coordenadora Técnica da subunidade de Expediente Geral da Divisão Administrativa e Financeira, datada de sete de junho do corrente mês cujo teor a seguir se transcreve:-----

-----“Respeitante ao assunto mencionado em epígrafe, considerando a chamada de atenção do Serviço de Contabilidade referente à dificuldade em processar o pagamento de 25% da indemnização atribuída ao munícipe, Augusto Santos Paula, sendo que o total da indemnização é de 13.000,00 euros, por danos causados, há uns anos, aquando da execução da pavimentação de uma rua pública numa construção de que é proprietário existente no seu prédio urbano artigo n.º 1901, sito na rua do Salgueiral, na

Reunião de 25 de junho de 2019



vila de Mogadouro, cumpre-me informar V. Exa. que ocorreu um erro na redação da ata n.º 23/2018, de 11 de dezembro de 2018, a páginas 693, especificamente, em parte da deliberação intitulada **“8. DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÔNIO – INFORMAÇÃO SOBRE A RECLAMAÇÃO DE AUGUSTO DOS SANTOS PAULA – PRÉDIO URBANO ARTIGO 1901 SITO NA RUA DO SALGUEIRAL EM MOGADOURO – PEDIDO DE CLARIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 24 DE ABRIL DE 2018 PARA A ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO”**, pelo que deverá ser retificado na reunião do órgão executivo.-----

Assim, onde se lê: -----

“DOIS – O pagamento de vinte e cinco (25%) com a emissão do alvará de licença da obra”, deverá ler-se:-----

“DOIS – O pagamento de vinte e cinco (25%) com a emissão do alvará de utilização”.-----

É tudo quanto me cumpre informar.-----

Para emissão do competente parecer superior.”-----

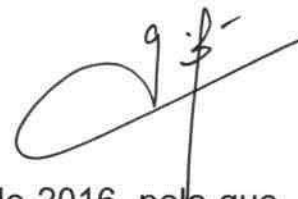
----- Analisada a informação, a Câmara, deliberou por unanimidade, retificar a deliberação tomada sobre o assunto na ata número vinte e três barra dois mil e dezoito, de onze de dezembro nos termos seguintes:-----

--*“DOIS – O pagamento de vinte e cinco (25%) com a emissão do alvará de licença da obra”*, deverá ler-se:-----

--*“DOIS – O pagamento de vinte e cinco (25%) com a emissão do alvará de utilização”*.-----

----15. APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO DO INDEFERIMENTO DO APOIO FINANCEIRO PARA A CRIAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DE VÍTOR MANUEL BENTO FERNANDES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Na sequência do indeferimento do pedido apresentado por Vítor Manuel Bento Fernandes, vem o requerente em termos de audiência prévia solicitar a reapreciação do mesmo, alegando em síntese que o referido pedido de apoio financeiro cumpria o prazo estipulado

Reunião de 25 de junho de 2019



na deliberação do executivo, datada de oito de novembro de 2016, pelo que requer que a contagem do prazo seja considerada a partir de 01/12/2017, pois é a data em que efetivamente se verifica faturação e não à data da coleta. Mais alega na sua exposição, que o ofício entregue nos Serviços do Município no dia 01/06/2018 a requerer a atribuição de apoio financeiro pela criação do próprio posto de trabalho foi redigido a 20/06/2018 (cumprindo o prazo definido na deliberação do Executivo Municipal), não tendo sido entregue a essa data pelo motivo do empresário se encontrar deslocado por razões de saúde.-----

----- Solicitada informação aos Serviços Jurídicos, da Divisão Administrativa e Financeira estes emitiram o seguinte parecer: "Face ao alegado pelo requerente em termos de audiência prévia na decisão tomada pelo órgão executivo, somos de opinião que o mesmo deve ser informado pelo Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, uma vez que a informação prestada deu origem ao indeferimento do pedido, motivo pelo qual deverá ser novamente apreciado tendo em conta o alegado na presente exposição."-----

----- O chefe de Gabinete não se pronunciando sobre a informação anteriormente prestada, devolveu novamente o assunto aos Serviços Jurídicos tendo estes emitido a informação do seguinte teor: "Na sequência da devolução da informação prestada, e analisado o pedido de reapreciação do requerente, nada temos a opor ao parecer emitido pelo Exm.º Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência sobre os fundamentos que motivaram o indeferimento do pedido de apoio pela criação do próprio emprego na referida reunião do executivo. À consideração superior."-----

----- A Câmara, na sequência das informações prestadas, deliberou, por maioria, com três votos a favor do senhor Presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos vereadores Evaristo António Neves e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e três votos contra dos vereadores Manuel da Ressurreição Cordeiro, Daniel Fernando Ribeiro Salgado e Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado, indeferir o pedido de reapreciação do requerente.-----

----- Verificando-se empate na votação, o senhor presidente da Câmara usou o voto de qualidade, previsto no nº 2 do artigo 54.º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o nº 1 do artigo 33.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

Reunião de 25 de junho de 2019



----- Os Vereadores da coligação "Todos por Mogadouro", justificaram a forma de votação tomada, por entenderem que os pedidos do género devem ser informados com base no que dispõe o regulamento municipal aprovado para este tipo de apoios e não de acordo com a deliberação tomada á posteriori que nunca foi aditada ao referido regulamento.-----

-----16. PEDIDO DE EMANUEL JOSÉ LOUÇÃO BÁRTOLO A SOLICITAR A ATRIBUIÇÃO DO LOTE Nº 82, INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL COM O Nº 3717, NA ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Foi apresentada uma ficha de inscrição para atribuição de lote na Zona Industrial de Mogadouro, datada de doze de junho de dois mil e dezanove, assinada por, Emanuel José Loução Bártole, com morada na Avenida do Sabor número 144, em Mogadouro, contribuinte número 228449898, registada com o número "2019,EXP,E,GE,1137", para a atribuição do lote, número oitenta e dois (82), localizado na Zona Industrial de Mogadouro – III fase, destinado à instalação de uma Industria de Panificação.-----

A informação do adjunto do gabinete do presidente, Ilídio Miguel Rito, datada de dezoito de junho corrente, é a seguinte:-----

----- " O Sr. Emanuel José Loução Bártole solicita a atribuição do lote 82. O lote que pretende adquirir está disponível e pode ser atribuído. Está inscrito sob o artigo matricial n.º3717 da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mogadouro sob o n.º 3568 da mesma Freguesia. O lote 82 tem a área de 2.894,50 m2.-----

----- De acordo com o Art.º18.ºdo Regulamento do Loteamento Industrial de Mogadouro o valor a pagar por m2 é de 3,75€. O valor a pagar pela aquisição deste lote é de 2.894,50 m2 x 3,75€ = 10.854,38 €."-----

----- Apreciado o pedido, tendo em consideração o interesse econômico da empresa, o número de postos de trabalho que irá criar e a atividade a desenvolver, a Câmara, com base no estipulado no Regulamento do Loteamento Industrial de Mogadouro, publicado no **Diário da República**, em quatro de abril de dois mil e três e sua alteração, publicada no **Diário da República** de trinta de janeiro de dois mil e oito, deliberou, por unanimidade, vender a, Emanuel José Loução Bártole, o lote número oitenta e dois (82), inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei, sob o artigo "3717" e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mogadouro, com o número "3568", com

Reunião de 25 de junho de 2019



a área de dois mil, oitocentos e noventa e quatro vírgula cinquenta metros quadrados (2.894,50 m²), localizado na Zona Industrial de Mogadouro-III fase, destinado à instalação de uma indústria de panificação, mediante a celebração de escritura de compra e venda, nos termos e condições constantes do regulamento municipal supra identificado, pelo preço de três euros e setenta e cinco centimos (€3,75), o metro quadrado, o que totaliza a importância de dez mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros e trinta e oito centimos (€10.854,38).-----

----- Mais foi deliberado dar poderes ao senhor presidente da Câmara para, em representação do Município, outorgar a respetiva escritura de compra e venda.-----

---17. DIVISÃO DE INFRA ESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS-AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE MOGADOURO – AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

No seguimento da comunicação do Administrador da Insolvência da sociedade Rodrigues Cardoso & Sousa, SA., datado de doze de abril do corrente ano, registado com o número "2019,EXP.E GE.711 ", sobre o assunto em título, foi presente através da informação número trezentos e seis, de dezanove de junho último, da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, o auto de receção definitiva da empreitada " Ampliação do Cemitério de Mogadouro", em que os seus intervenientes, tendo procedido à vistoria de toda a obra, verificaram que a mesma não revela até à presente data qualquer anomalia ou qualquer outra circunstância que ponham em causa a sua garantia e o seu melhor funcionamento. Por esse facto não se vê qualquer inconveniente em que a mesma seja agora recebida definitivamente e que seja autorizada a libertação dos valores da garantia ainda retidos.-----

-----O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o auto de receção definitiva da obra em epígrafe, bem como autorizar a libertação total das garantias prestadas.-----

Seguem-se os dados respeitantes à obra: -----

Valor da adjudicação: €152.067,74.-----

Custo final da obra: €151.564,59. -----

Auto de receção provisória: 12.03.2004.-----

Prazo de garantia: 5 Anos.-----

-----18. PEDIDO DE JOAQUIM DO NASCIMENTO TORRES A SOLICITAR ISENÇÃO DO IMT RELATIVO A PRÉDIOS RÚSTICOS - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Presente um requerimento, registado com o número dois

Reunião de 25 de junho de 2019



mil quatrocentos e oito barra dezanove, apresentado por Joaquim do Nascimento Torres, residente em Vale de Porco, concelho de Mogadouro, solicitando a emissão de parecer, nos termos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 51º da Lei nº 111/2015, de 27 de agosto, para efeitos de ser reconhecida pelo Serviço de Finanças de Mogadouro a isenção de Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, referente à aquisição do prédio rústico, inscrito na matriz predial sob o artigo nº 200 – secção 3D, com a área de 158.436 m², pertencente à extinta freguesia de Vilar de Rei e atual União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, confinante com o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo nº 339 – secção 3D, com a área de 8.000m², que possui no sítio de Vale do Forno, na referida União de Freguesias.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável com vista ao eventual reconhecimento da isenção do pagamento do respetivo IMT, por motivo de emparcelamento rural simples, ao abrigo da alínea b), do nº 2, do artigo 51º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, considerando que a referida aquisição irá contribuir para melhorar a estrutura fundiária da exploração. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

19. PEDIDO DE JOAQUIM DO NASCIMENTO TORRES A SOLICITAR ISENÇÃO DO IMT RELATIVO A PRÉDIOS RÚSTICOS - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: Presente um requerimento, registado com o número dois mil quatrocentos e sete barra dezanove, apresentado por Joaquim do Nascimento Torres, residente em Vale de Porco, concelho de Mogadouro, solicitando a emissão de parecer, nos termos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 51º da Lei nº 111/2015, de 27 de agosto, para efeitos de ser reconhecida pelo Serviço de Finanças de Mogadouro a isenção de Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, referente à aquisição dos prédios rústicos, inscritos na matriz predial sob os artigos nº 12 – secção 3C, com a área de 250.000 m², e 26 – secção 3C, com a área de 219.686 m², pertencentes à extinta freguesia de Vilar de Rei e atual União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei,

Reunião de 25 de junho de 2019

confinantes com o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo nº 25 – secção 3C, com a área de 29.436 m2, que possui no sítio de Vimieiro, na referida União de Freguesias.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável com vista ao eventual reconhecimento da isenção do pagamento do respetivo IMT, por motivo de emparcelamento rural simples, ao abrigo da alínea b), do nº 2, do artigo 51º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, considerando que a referida aquisição irá contribuir para melhorar a estrutura fundiária da exploração. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia onze de junho e o dia vinte e um de junho na importância de setecentos e sete mil, seiscentos e doze euros e cinquenta e nove cêntimos (€ 707.612,59).-----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente encerrado a reunião pelas dez horas e trinta minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu *António Luís Moreira*, Técnico Superior, António Luís Moreira, redigi e subscrevi: -----

António Luís Moreira

